

Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans¹

Transphobia and racism: articulation of violence in the experiences of trans¹

Lincoln Moreira de Jesus Menezes^{II}

Resumo

O artigo discute a articulação de violências de gênero e raça vividas por trans negras, baseado em pesquisa realizada na cidade de São Paulo. Observa-se que a violência de gênero atingiu mais de 85,0% delas, além da violência racial vivida por 31,7%, em diferentes espaços sociais como escola, trabalho, no trato de instituições públicas e privadas, autoridades, Polícia e até vindas da família. Essas somadas à saída de casa mais cedo, a menor escolaridade e renda e a exposição a relações sexuais mais cedo, promovem condições desvantajosas e violências sociais na vivência dessas pessoas, estigmatizadas socialmente.

Palavras-chave: Saúde; Violência; LGBT; Transexualidade; Racismo.

Abstract

The article discusses the articulation of gender and race violence experienced by black transsexual women and transvestites, based on research conducted in the city of São Paulo. It is observed that gender violence reached more than 85.0% of them, besides the racial violence experienced by 31.7%, in different social spaces such as school, job, in the treatment of public and private institutions, authorities, Police and even family. Those added to leaving home early, lower schooling and income, and earlier exposure to sexual intercourse promote disadvantageous conditions and social violence in the lives of these socially stigmatized people.

Keywords: Health; Violence; LGBT; Transsexuality; Racism.

Introdução

No Brasil, as questões raciais, sexuais e de gênero são temas cada vez mais pungentes no contexto contemporâneo, não apenas por permitirem discussões e reflexões sobre diferentes realidades sociais, mas também por enunciarem o advento da diversidade e seus desafiadores equacionamentos.

Principalmente, por meio de movimentos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT), negro e feminista, em suas diferentes linhagens, a questão da diversidade sexual e de gênero tem ganhado notória expansão. Lutas pela conquista e ou garantia do direito à diferença (especificidades) e à igualdade (equidade), complementariamente, têm mobilizado múltiplas iniciativas em políticas públicas e na sociedade civil. Mas, ainda há vários segmentos sociais sem acesso a essas políticas e em situação de extrema vulnerabilidade a violências de diversas ordens.

As transexuais mulheres e travestis negras, ainda que distintas, se inserem no segmento social específico e particular do movimento LGBT, que se refere ao grupo T (trans). Cada vez mais, esse segmento tem ganhado visibilidade, embora continue cercado de inúmeras controvérsias

^I Esse artigo é um recorte parcial da pesquisa “Transfobia e Racismo: violências de raça e de gênero sofridas por mulheres transexuais e travestis negras” que está sendo realizada no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – Campus Guarulhos, sob orientação de Valéria Mendonça de Macedo do Núcleo Corpo Gênero e Sexualidade desta faculdade, com coorientação de Regina Figueiredo, do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

^{II} Lincoln Moreira de Jesus Menezes (lincolnmj10@hotmail.com) é graduando de Ciências Sociais na UNIFESP-Guarulhos, onde está sob orientação de pesquisadores do Núcleo Corpo Gênero e Sexualidade, e é auxiliar de pesquisa no Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

agravadas, no contexto brasileiro, quando interseccionadas com desigualdades raciais e socioeconômicas.

Em razão dos altos índices de violência e situações de vulnerabilidade social e de saúde física e mental, as trans negras costumam integrar segmentos sociais que não têm acesso a direitos plenos de cidadania. Isso ocorre, não somente por conta de seu gênero e sexualidade, mas em muitos casos também por sua cor. Daí a necessidade de pesquisas que se voltem para essas violências na perspectiva das vivências daquelas que as sofrem, enfatizando, inclusive, a maneira como a transfobiaⁱⁱⁱ e o racismo se articulam e mobilizam desafios cotidianos.

A percepção das diversidades e identidades sexuais

No Brasil, a luta por direitos homossexuais, desde a década de 1970, motivou, junto a outros movimentos sociais, como o feminista, o início de questionamentos sobre a forma de perceber a sexualidade. Segundo Facchini¹, esses movimentos eram formados por gays e lésbicas e desempenharam um papel fundamental de embate às maneiras de perceber a sexualidade apenas pela concepção binária que determina a parceria sexual pelo sexo biológico.

Diferentemente, em uma concepção não binária, os indivíduos são encarados a partir de uma lógica de igualdade e as parcerias sexuais passam a ser definidas pelo que atualmente se denomina a “orientação do desejo afetivo e sexual” que se torna mais importante para denominá-los do que as expectativas de desejo e papéis sociais atribuídas às normativas do que é ser masculino e feminino⁴. Por isso, os

questionamentos presentes nos “guetos”, associações e comunidades alternativas desta época atuaram visando à sociabilidade (e não necessariamente à ação política) e promoviam atividades de distribuição de jornais em bares, fã clubes de artistas e bailes de carnaval, agrupando a população homossexual.

Na década de 1980, a eclosão da epidemia do HIV/aids mobilizou homossexuais masculinos frente aos casos de morte entre esse segmento, fortalecendo agrupamentos para exigir dos governos uma resposta à epidemia. Esse movimento fez com que, na década de 1990, suas propostas comesçassem a ser associadas não apenas ao combate à doença, mas também à luta pelos direitos civis e ações contra discriminações e violências, provocando uma adoção do termo “orientação sexual”^{iv} em oposição à “opção sexual”^v – desconstruindo a ideia de que indivíduos escolheriam sua condição de homossexual. Essas duas décadas, portanto, impactaram e solidificaram o movimento homossexual, configurando a sua própria identidade e de seus participantes. Devido à atuação e ao agrupamento de diferentes setores, a diversidade sexual se expressou e ganhou visibilidade e identificação de novas categorias, autodefinições e denominações, estabelecendo a visibilidade de trans (Ts): travestis, transexuais e transgêneros, além dos grupos bissexuais que pleiteiam espaço no conjunto enquanto “tribos” com comportamentos e códigos de grupo próprios⁴.

^{iv} Segundo a UNAIDS³, a orientação sexual refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Nesse sentido, existiriam, basicamente, três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade), ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade).

^v A explicação provém da constatação de que ninguém “opta”, e nem escolheria conscientemente a sua orientação sexual numa sociedade heteronormativa que o condenaria à discriminação, violência e até perseguição, da mesma forma como o “heterossexual não escolheu essa forma de desejo”³.

ⁱⁱⁱ Termo que vem sendo utilizado para designar o preconceito contra trans.

Nesse contexto surge a Teoria *Queer*, procurando responder questões conceituais acerca da sexualidade, gênero e homossexualidade. Essa teoria pós-estruturalista, propõe formulações teóricas pós-identitárias² e associa suas concepções a um pensamento político articulado que propõe a análise histórica e um novo movimento social⁵. Apropriando-se das contribuições de Foucault⁶, a teoria *Queer* denuncia a construção discursiva da sexualidade que, através de instituições como as igrejas, o Direito, a Psiquiatria, a Sexologia, entre outros, vem normatizando as “espécies” e os “tipos” de sexualidade ao classificá-los, exercendo controle sobre eles. Essa constante normatização, segundo a Butler⁵, demonstraria a artificialidade da oposição binária e da heterossexualidade enquanto norma (uma vez que precisa ser sempre reforçada), que formata a construção do sujeito e do conhecimento sexual e gera hierarquias de classificação, dominação e rejeição⁷. A teoria *Queer* propõe pensar as diversas identidades sexuais e de gênero em toda a sua fluidez, pluralidade e ambiguidade, além das formas tidas como “normais” e “bem-comportadas” de identidade e de conhecimento⁸; expõe o gênero, a identidade de gênero, a sexualidade e os papéis sociais enquanto inscrições corporais impostas socialmente. Para Moraes Silva⁹, a contribuição do conceito de gênero é justamente diferenciar a grandeza biológica da social, transcendendo o feminino e o masculino para o campo cultural, ou seja, a construção de diferenças que definem os papéis sociais designados às mulheres aos homens, respectivamente.

Especificidades trans

Segundo Jesus¹⁰, a pessoa que se denomina transgênero ou trans, não se identifica com o gênero que lhe foi designado pelo sexo biológico ao nascimento; ao contrário de cisgênero, que se identifica com ele. Para Agência das Nações

Unidas contra o HIV/aids (UNAIDS)³, transgênero são as pessoas que transitam entre os gêneros e que têm identidade para além das definições tradicionais de sexualidade, situação em que se encaixam os travestis e transexuais.

Nesse sentido, há um conflito e aproximação de identidades entre transexuais e travestis: ambos se constroem e se identificam de maneira a romper com a lógica convencional que conduz o seu comportamento e sua performance enquanto “homem” ou “mulher”. Barbosa¹¹ e Leite Junior¹² afirmam que as diferenças que mais se sobressaem entre travestis e transexuais brasileiras estão na relação que cada um tem com seu próprio órgão genital e com o anseio do processo de transgenitalização. Assim, ainda que não seja uma regra, as travestis¹⁰ seriam aquelas que comumente não desejam a mudança no órgão genital, embora vivenciem papéis de gênero feminino; e as transexuais aquelas que não se sentem confortáveis com seus órgãos e por isso desejam modificar o corpo com intervenções, inclusive cirúrgicas^{vi}, visando a adequá-lo à sua identidade de gênero¹³. Apesar disso, muitas travestis também modificam seu corpo, por meio de hormonioterapias, aplicação de seios, cirurgias plásticas, etc., fazendo com que essas definições se confundam.

Também existem pessoas que não se identificam com nenhum gênero, abrindo espaço para pensar diferentes transgeneridades e formas de viver o gênero. É nesse âmbito que Jesus¹⁰ propõe pensar a vivência do gênero como funcionalidade (caso das *drag queens*/transformistas^{vii} e *crossdressers*^{viii}) e como identidade (caso das travestis e transexuais).

^{vi} Algumas transexuais não desejam fazer cirurgias¹⁰ (p.16).

^{vii} Artistas que se vestem de acordo com um estereótipo do gênero masculino/feminino para fim unicamente artístico ou de entretenimento.

^{viii} Pessoa que usa acessórios e maquiagem diferentes do que atribuído a seu gênero socialmente.

No geral, todos esses segmentos sofrem opressões por performarem feminilidade e subverterem as normas regulatórias na ótica do binarismo heterossexual compulsório, tanto do gênero, quanto do sexo. Porém, há uma tendência de travestis serem sempre vistas como prostitutas, pobres, que não têm acesso à informação, a ambientes acadêmicos e ao mercado de trabalho; sua definição tem íntima associação com a classe social e o local social que ocupam. Já as transexuais são tidas com certo grau de informação e que, portanto, mesmo sendo vitimadas por opressões, conseguem se sobressair em detrimento às travestis, embora recebam o estereótipo de depressivas e loucas¹⁰.

Segundo Facchini¹, desde 1990, as travestis são a parte mais aparente e evidenciada da comunidade LGBT, pautadas sobre o impacto da aids e o número alarmante de violência a que estão expostas. As reivindicações desse grupo incluem uma visão menos conservadora e mais propositiva com relação à prostituição, o fortalecimento do combate às violências e a garantia de permanência na escola. Por outro lado, a grande reivindicação das transexuais é a diminuição das dificuldades de acesso às alterações corporais para a adequação às suas identidades de gênero. O que une ambos os grupos é a luta pela adequação da identidade jurídica, ou seja, a mudança de prenome oficial para o “nome social” em seus documentos e nos atendimentos de serviços públicos e privados, inclusive de saúde.

Quanto à violência, de acordo com Marieta Cazarre¹⁴, de meados de 2008 a março de 2014, foram registradas 600 mortes de indivíduos pertencentes ao grupo de travestis e transexuais no Brasil – maior quantidade observada entre todos os países do mundo. A perspectiva de vida dessas pessoas é de 35 anos, pois, quando não são assassinadas, outras fatalidades lhes acometem. A Rede Trans¹⁵ revela que 82% abandonam o Ensino Médio entre os 14 e 18 anos por discriminação

da escola ou falta de apoio familiar. Por isso, na maioria das vezes recorrem à prostituição, submetendo-se a situações de risco e perigos urbanos, como assassinatos, roubos, agressões físicas ou verbais e todo tipo de ameaça à vida ou partem para empregos informais que, mesmo não sendo diretamente degradantes, exigem muito trabalho e pouca remuneração. Dados levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), apontam que 90% das travestis e transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda¹⁶.

Especificamente quanto às travestis e mulheres transexuais negras há uma vivência que une a discriminação de gênero à discriminação racial. Essa interseccionalidade entre “classe”, “gênero”, “sexo” e “raça” vem sendo evidenciada por vários autores¹⁷⁻²² e são importantes para a análise das vulnerabilidades trans. Supõe-se que o fato de serem negras se constitui enquanto desprivilegio, uma vez que historicamente negros transitam nas camadas socioeconômicas mais baixas da sociedade.

Método

Este artigo apresenta dados de levantamento de violência de gênero e de raça sofridos por trans da cidade de São Paulo. Através de uma pesquisa quantitativa realizada com aplicação de questionário por telefone, foram entrevistadas em 2018, trans cadastradas durante ações de campo realizadas pelo Instituto Cultural Barong em 2017^{ix}, em diferentes locais frequentados por este público, para situações de lazer e trabalho de rua; além de outros indivíduos indicados por essas, numa estratégia de contato de “bola de neve”.

^{ix} Organização não governamental (ONG) paulistana que promove saúde e direitos sexuais e reprodutivos e que em 2017 estava desenvolvendo ações educativas e de promoção de testagem de infecções sexualmente transmissíveis (IST), incluindo hepatites, em diversos locais, com apoio da Coordenação de DST/Aids do Município de São Paulo.

Os questionários abordaram o perfil pessoal (nome, idade, renda, local, fonte de renda e escolaridade, etc.), além de situações de violência de gênero e racial vividas por este público em diferentes espaços de sua vida, como família, escola, trabalho, sociabilidade, vida afetiva e equipamentos públicos, além de situações específicas relativas à vulnerabilidade sexual e de saúde, incluindo parcerias, uso do preservativo, realização de exames de próstata, vacinação de HPV e hepatite B e situação sorológica para o HIV. Para esse artigo, foi destacada apenas a discussão acerca da exposição à violência vivida por essas pessoas.

Resultados

Foram entrevistados(as) 60 trans durante o 1º semestre de 2018. A maioria (45%) proveniente do município de São Paulo e outros 25% de outras cidades do estado.

Quanto ao gênero, dos 60 entrevistados, 71,7% responderam que se consideram femininas; 13,3% masculinos e 15% com ambas as identidades de gênero. Quanto à forma como se apresentam, 50% se dizem transexuais, 25% travestis, 11,7% *drag queens*, 10% transformistas e 3,3% outros. A porcentagem de travestis e transexuais que se denominam femininas é de 93,3% igualmente. A maioria das *drag queens* afirmaram se considerar masculinas (57,1%) e 28,6% variam entre os dois gêneros “quando entram no personagem”. Das que se autodesignaram transformistas, 1 alegou ser masculina (50%) e 1 varia entre os dois gêneros (50%).

Acerca da cor, 36,7% se disse especificamente parda e 35% preta (portanto somados 71,7% na categoria de negros) e 28,3% branca (tabela 1).

Do total, 98,3% tem renda própria; apenas uma pessoa não possui. Dentre as que disseram ter renda, a ocupação de 33,3% é de cabeleireira ou maquiadora, 23,3% é profissional do sexo ou acompanhante, 13,3% trabalha em comércios e/ou serviços, 11,7% trabalha no meio artístico (coreógrafa; modelo; produtora, etc); 13,3% exercem mais de uma atividade. Considerando o trabalho (independente de ser ou não a principal atividade), 31,7% atuam na prostituição. Entre as travestis, 3 (20,0%) afirmam exercer mais que uma atividade e das transexuais, 5 (16,7%), sendo que delas, 33,3% e 43,3% trabalham com prostituição, respectivamente.

Das que informaram a renda mensal, 8,3% ganham até 1 salário mínimo, 41,7% de 1 até 2 salários; 21,7%, de 2 a 4; 16,7% de 4 a 7 e 10% não responderam (tabela 2).

– cidadania e situações de violência:

Considerando as histórias de vida, 70% afirmaram ter necessitado sair da casa da família: 86,7% das transexuais, 60% das travestis, 50% das transformistas e 42,9% das *drag queens*. A saída ocorreu para 16,7% entre 0 e 14 anos (todas negras, representando 22,6% deste grupo); para 33,3% entre 14 e 17 anos e para 40,5% entre os 18 e 25 anos (tabela 3).

Os motivos para essa saída foram para 3,8% devido a serem expulsos (1 pessoa negra), 28,6% por não aguentar brigas, 21,4% por busca de liberdade/privacidade, 19% por casamento/união estável, 14,3% por conta de trabalho, 7,1% porque quis/por preferência. Do total entrevistado, 23,3% já viveu em situação de rua, principalmente as transexuais (36,7%).

Tabela 1. Perfil dos/as Pesquisados

	Travesti (em %)			Transexual (em %)			Drag Queens (em %)			Transformistas (em %)			Outro (em %)			Total (em %)
	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	
Proveniência																
São Paulo	33,3	58,3	53,3	45,5	31,6	36,7	100,0	40,0	57,1	0	60,0	50,0	0	50,0	50,0	45,0
Gde S. Paulo	66,7	8,3	20,0	9,1	15,8	13,3	0	0	0	0	20,0	16,7	0	50,0	50,0	15,0
outros munic do estado	0	0	0	18,2	15,8	16,7	0	0	0	0	20,0	16,7	0	0	0	10,0
outros estados SE	0	0	0	9,1	0	3,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,7
Região NE	0	25,0	20,0	18,2	36,8	30,0	0	40,0	28,6	0	0	0	0	0	0	23,3
outras regiões	0	8,3	6,7	0	0	0	0	20,0	14,3	0	0	16,7	0	0	0	5,1
Identidade de Gênero																
masculino	0	0	0	0	0	0	50,0	60,0	57,1	0	60,0	50,0	0	50,0	50,0	13,3
feminina	100,0	91,7	93,3	90,9	94,7	93,3	50,0	0	14,3	0	0	0	0	0	0	71,7
varia entre os 2	0	8,3	6,7	9,1	5,3	6,7	0	40,0	28,6	50,0	40,0	50,0	0	50,0	50,0	15,0
Cor																
branco	100,0	0	20,0	100,0	0	36,7	100,0	0	28,6	100,0	0	16,7	0	0	0	28,3
preto	0	50,0	40,0	0	47,4	30,0	0	40,0	28,6	0	40,0	33,3	0	100,0	100,0	35,0
pardo	0	50,0	40,0	0	52,6	33,3	0	60,0	42,9	0	60,0	50,0	0	0	0	36,7
tot negr (pret + pard)	0	100,0	80,0	0	100,0	63,3	0	100,0	71,4	0	100,0	83,3	0	100,0	100,0	71,7
Idade																
18 a 25 anos	0	50,0	40,0	27,3	36,8	33,3	0	20,0	14,3	0	20,0	16,7	0	50,0	50,0	31,7
26 a 35 anos	66,7	8,3	20,0	36,4	36,8	36,7	0	60,0	57,1	100,0	40,0	50,0	0	50,0	50,0	36,7
36 a 45 anos	33,3	41,7	40,0	18,2	26,3	23,3	0	20,0	14,3	0	40,0	33,3	0	0	0	26,7
+ de 46 anos	0	0	0	18,2	0	6,6	0	0	14,3	0	0	0	0	0	0	5,0
Escolaridade																
até Fundam.	0	25,0	20,0	9,1	26,	20,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0	0	0	15,0
Fund. a Med	33,3	66,7	60,0	54,6	42,1	46,7	0	60,0	58,2	0	60,0	50,0	0	100,0	100,0	53,3
Médio até freq. Super.	66,7	8,3	20,0	36,4	31,6	33,3	0	40,0	42,9	100,0	40,0	50,0	0	0	0	31,7
Religião																
católica	0	33,3	26,7	27,3	21,1	23,3	50,0	20,0	28,6	100,0	40,0	50,0	0	0	0	26,7
evangélicos	33,3	16,7	20,0	0	0	0	0	20,0	14,3	0	0	0	0	0	0	6,7
afro-bras.	33,3	16,6	20,0	45,5	26,3	33,3	0	60,0	42,9	0	0	0	0	50,0	50,0	28,3
kardecista	33,3	0	6,7	18,2	15,8	16,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10,0
outra	0	0	0	0	5,3	3,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
não possui	0	33,3	26,7	9,1	31,6	23,3	50,0	0	14,3	0	60,0	50,0	0	50,0	50,0	26,7

Tabela 2. Situação de Trabalho e Renda

	Travesti (em %)			Transexual (em %)			Drag Queens (em %)			Transformistas (em %)			Outro (em %)			Total (em %)
	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	
Tem renda?	100,0	91,7	93,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0	100,0	100,0	98,3
Atividade																
cabel./maquiad./	66,7	33,3	40,0	36,4	31,6	33,3	0	0	0	100,0	20,0	33,3	0	100,0	100,0	33,3
estilista/roupas	0	0	0	0	0	0	0	40,0	28,6	0	20,0	16,7	0	0	0	5,0
perform./coreogr.	0	8,3	6,7	9,1	10,5	10,0	0	40,0	28,6	0	20,0	16,7	0	0	0	11,7
comércio e serviços	0	16,7	13,3	18,2	5,3	10,0	50,0	0	14,3	0	40,0	33,3	0	0	0	13,3
saúde	0	8,3	6,7	0	5,3	3,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,3
prof. de niv. Sup.	33,3	0	6,7	9,1	5,3	6,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6,7
exerce + de 1 ativ.	33,3	16,7	20,0	9,1	21,1	16,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13,3
Trabalha com prostit.	100,0	41,7	33,3	18,2	57,9	43,3	50,0	0	14,3	0	0	0	0	0	0	31,7
Renda mens.																
- 1 SM	0	8,3	6,7	18,2	10,5	13,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8,3
1 a 2 SM	33,3	50,0	46,7	45,5	31,6	36,7	0	40,0	28,6	0	80,0	66,7	0	50,0	50,0	41,7
2 a 4 SM	66,7	8,3	20,0	27,3	21,1	23,3	0	20,0	14,3	100,0	20,0	33,3	0	0	0	21,7
4 a 7 SM	0	16,7	13,3	0	31,6	20,0	0	40,0	28,6	0	0	0	0	0	0	16,7
+ 7 SM	0	0	0	9,1	0	3,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,7
não resp.	0	16,7	13,3	0	0	0	100,0	0	28,6	0	0	0	0	50,0	50,0	10,0

Tabela 3. Situação de Moradia

	Travesti (em %)			Transexual (em %)			Drag Queens (em %)			Transformistas (em %)			Outro (em %)			Total (em %)
	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	
Precisou sair famil.	33,3	66,7	60,0	90,9	84,2	86,7	0	60,0	42,9	0,0	60,0	50,0	0	50,0	50,0	70,0
Idade que saiu																
0 a 14 anos	0	16,7	22,2	45,5	26,3	19,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16,7
14 a 17 anos	0	25,0	33,3	0	21,1	34,6	0	20,0	33,3	0	0	0	0	100,0	100,0	33,3
18 a 25 anos	33,3	16,7	33,3	45,5	26,3	38,5	0	20,0	33,3	0	60,0	100,0	0	0	0	40,5
26 a 35 anos	0	8,3	11,1	0	10,5	7,7	0	20,0	33,3	0	0	0	0	0	0	9,5
Motivo saída																
expulsão	0	0	0	0	5,3	3,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,4
brigas	33,3	16,7	33,3	36,4	15,8	26,9	0	40,0	66,7	0	0	0	0	0	0	28,6
pq quis	0	8,3	11,1	0	5,3	3,8	0	20,0	33,3	0	0	0	0	0	0	7,1
liberdade./privacid.	0	0	0	27,3	21,1	26,9	0	0	0	0	40,0	66,7	0	0	0	21,4
p/trabalh	0	8,3	11,1	9,1	0	15,4	0	0	0	0	20,0	33,3	0	0	0	14,3
casam/uniu	0	16,7	22,2	9,1	21,1	19,2	0	0	0	0	0	0	0	100,0	100,0	19,0
não esp.	0	16,7	22,2	9,1	0	3,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,1
Viveu na rua	66,7	83,3	13,3	18,2	47,4	36,7	0	20,0	14,3	0	0	0	0	0	0	23,7

a) violências sexuais:

A primeira relação sexual foi praticada pela maioria antes dos 17 anos: por 35% entre 0 a 14 anos; 55% entre 14 e 17 anos. Mais da metade das travestis afirmaram ter tido sua primeira relação sexual entre 0 a 14 anos (60,0%); transexuais (30%), *drag queens* (28,6%) e transformistas (16,7%). Para 63,3% isso ocorreu entre os 14 e 17 anos; 26,7% das travestis; 57,1% das *drags* e de 66,7% das transformistas. Ou seja, travestis iniciaram a sua vida sexual proporcionalmente mais cedo que os demais grupos.

Quase ¼ do total, 23,3% alegou ter sofrido violência sexual: 26,7% das travestis, 23,3% das transexuais e 28,6% das *drag queens*. Essa violência ocorreu para 42,9% entre os 0 e 14 anos, para 50% entre 14 e 17 anos e para 7,1% entre 18 e 25 anos; totalizando 92,9% dos casos de violência sexual ocorridas na fase da infância ou da adolescência.

Com relação à cor, a violência sexual atingiu 33,3% das brancas e 37,5% das negras na infância; 33,3% das brancas e 25,0% das negras na adolescência; e 33,3% das brancas e 37,5% das negras na vida adulta.

b) violências de gênero:

Quanto às situações de violência de gênero sofridas, 85% afirmou ter tido essa vivência, principalmente verbal, que atingiu: 86,7% das travestis e transexuais, igualmente; 85,7% das *drag queens* e 66,7% das transformistas (tabela 4).

As manifestações de violência foram sofridas na vida social em geral, mas também e principalmente na escola e no ambiente de trabalho. Na família, 57,7% das transexuais e 38,5% das travestis alegaram ter sofrido violência verbal de gênero; *drag queens* (33,3%) e transformistas (50%) também; a violência física na família atingiu 11,5% das transexuais e 7,7% das travestis. Na escola, 76,9% das travestis e transexuais, igualmente, sofreram violência verbal;

83,3% *drag queens* e 75% transformistas; a violência física na escola foi sofrida por 19,2% das transexuais viveram e 7,7% das travestis. No trabalho, 61,5% das travestis alegaram ter sofrido violência verbal; chegaram a ser agredidas fisicamente no trabalho 2 (15,4%) travestis e 1 (3,8%) transexual. Na vida afetiva, 38,5% das travestis e 15,4% das transexuais alegaram ter sofrido algum tipo de violência verbal; chegando a violência física para 2 (15,4%) travestis e 1 (3,8%) transexual. Na vida social, 92,3% das travestis e 84,6% das transexuais alegaram ter sofrido violência verbal e 100% das *drag queens* e transformistas alegaram já ter sofrido; essa chegou a ser física para 38,5% das travestis e 30,8% e para 50,0% das *drag queens*. Em serviços públicos e privados, 57,7% das transexuais e 46,2% das travestis alegaram ter sofrido violência verbal; 83,3% das *drag queens*. Com autoridades e polícia, 53,8% das travestis afirmaram ter sofrido algum tipo de violência verbal; 42,3% das transexuais, 33,3% das *drag queens* e 50% transformistas; essas violências chegaram a ser físicas para 23,1% das travestis e 7,7% das transexuais.

Sobre o perfil do agressor, 66,7% respondeu que são perpetuadas por homens e mulheres e provocaram sentimentos de dor, tristeza, desconforto ou humilhação (para 56,9%); indiferença (referido por 31,3%), frustração e impotência (por 31,3%), rejeição (por 18,8%) e culpa (por 12,5%). As formas de defesa frente a essas violências foram principalmente manifestações verbais (adotadas por 74,5%), mas também físicas (adotadas por 25,5% do total), além de abandono do local de ocorrência (por 33,3%). Não reagiram 52,9% e 1 (1,7%) transexual entrevistada alegou ter tentado suicídio. Frente à violência 33,4% alegou ter feito denúncias, 29,4% afirmando que essas deram resultado.

Tabela 4. Violências de Gênero Sofridas

	Travesti (em %)			Transexual (em %)			Drag Queens (em %)			Transformistas (em %)			Outro (em %)			Total (em %)
	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	
Sofreu violência Gênero?	100,0	83,3	86,7	90,9	84,2	86,7	50,0	100,0	85,7	0	80,0	66,7	0	100,0	100,0	85,0
Sexo do agressor																
homens	0	16,7	15,4	9,1	5,3	7,7	0	20,0	16,7	0	0	0	0	0	0	9,8
mulheres	0	0	0	0	5,3	3,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,0
Ambos os sexos	66,7	58,3	69,2	72,7	47,4	65,4	50,0	40,0	50,0	0	60,0	75,0	0	100,0	100,0	66,7
Tipo Viol.																
verbal na escola	100,0	58,3	76,9	63,6	68,4	76,9	50,0	80,0	83,3	0	60,0	75,0	0	50,0	50,0	76,5
verbal na família	33,3	33,3	38,5	54,5	47,4	57,7	0	40,0	33,3	0	40,0	50,0	0	50,0	50,0	49,0
verbal trabalho	33,3	58,3	61,5	36,4	52,6	53,8	50,0	0	16,7	0	20,0	25,0	0	0	0	47,1
verbal na vida soc.	66,7	83,3	92,3	72,7	73,7	84,6	50,0	100,0	100,0	0	80,0	100,0	0	100,0	100,0	90,2
verbal na vida afetiva	33,3	33,3	38,5	27,3	5,3	15,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17,6
verbal em serv. públ. e priv.	66,7	33,3	46,2	45,5	52,6	57,7	50,0	80,0	83,3	0	20,0	25,0	0	50,0	50,0	54,9
verbal c/autorid. polícia	33,3	50,0	53,8	45,5	31,6	42,3	50,0	20,0	33,3	0	40,0	50,0	0	0	0	43,1
física na escola	33,3	83,3	7,7	27,3	10,5	19,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13,7
física na família	0	8,3	7,7	9,1	10,5	11,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,8
física no trabalho	33,3	8,3	15,4	9,1	0	3,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,9
física na vida soc.	33,3	33,3	38,5	45,5	15,8	30,8	50,0	40,0	50,0	0	20,0	25,0	0	50,0	50,0	35,3
física na vida afet.	0	16,7	15,4	9,1	0	3,8	50,0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,9
física em serv. Públ. e priv.	0	0	0	0	5,3	3,8	0	20,0	16,7	0	0	0	0	0	0	3,9
física c/autoridades /polícia	0	25,0	23,1	18,2	84,2	7,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9,8
Outro tipo	33,3	8,3	15,4	9,1	84,2	3,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,9
Sensação																
dor, tristeza, humilh.	33,3	50,0	53,8	72,7	47,4	65,4	50,0	60,0	66,7	0	20,0	25	0	0	0	56,9
raiva, revolta, indignaç.	33,3	16,7	23,1	36,4	63,2	61,5	0	60,0	50	0	60,0	75	0	100,0	100,0	52,9
Outro sentim.	66,7	33,3	46,2	18,2	15,8	19,2	50,0	40,0	50	0	20,0	25	0	50,0	50,0	31,4
Reação																
verbal	66,7	75,0	84,6	63,6	57,9	69,2	50,0	60,0	66,7	0	60,0	75,0	0	100,0	100,0	74,5
física	0	58,3	23,1	27,3	21,1	26,9	50,0	20,0	33,3	0	0	0	0	50,0	50,0	25,5
abandonando local	66,7	16,7	30,8	18,2	42,1	38,5	0	40,0	33,3	0	0	0	0	50,0	50,0	33,3
outra	33,3	8,3	15,4	18,2	10,5	15,4	50,0	20,0	16,7	0	0	0	0	0	0	13,7
Fez denúncia	0	25,0	23,1	18,2	36,8	34,6	0	60,0	50,0	0	20,0	25,0	0	50,0	50,0	33,3
Denúncia deu result.	0	0	0	0	15,8	33,3	0	40,0	66,7	0	0	0	0	0	0	29,4

c) violências raciais:

Das 60 entrevistadas, 31,7% declarou ter sofrido violências raciais, 66,7% se refere às pessoas pretas e 22,7% pardas (as duas categorias agrupadas nas tabelas enquanto pessoas negras). Nenhuma pessoa branca sofreu preconceito quanto à cor.

Quanto à autodefinição, 47,4% das transexuais negras afirmaram ter sofrido racismo, 33,3% das travestis negras, 40,0% dos transformistas e 40,0% das *drag queens*. O racismo está presente em várias instituições sociais: na família, 5,3% afirmou ter sofrido violência verbal por este motivo, mas nenhuma chegou a ter experiência de violência física; na escola, 52,6% sofreu violência verbal e também não houve violência física racial; no trabalho, 31,6% afirmou ter sofrido violência verbal devido ao racismo; na vida social, 78,9% sofreu violência verbal por racismo e 10,5% alegou ter sofrido violência física; na vida afetiva, ninguém alegou ter sofrido violência por racismo; em serviços públicos ou privados, 21,1% sofreu violência racial verbal; e de autoridades e a Polícia, 15,8% sofreram violência verbal e 5,3% física. Essas violências suscitaram sentimentos dor, tristeza, desconforto ou humilhação para 47,4%, raiva, revolta ou indignação para 63,2% e outro sentimento para 26,3%, principalmente frustração e impotência (60%) e indiferença (40%) (tabela 5).

Relativo à defesa frente às inúmeras violências, 73,7% afirmou ter se defendido verbalmente e 10,5% fisicamente. Verbalmente, 100% das travestis e *drag queens* alegou ter se defendido; 55,6% das transexuais e 50,0% das transformistas. Já fisicamente, 1 (25,0%) travesti e 1 (11,1%) transexual defenderam-se; 26,3% alegou ter saído do local (33,3% das transexuais, 25,0% das travestis e 50,0% das transformistas) e não reagiram 42,1%: 55% das travestis e 50,0% das transformistas.

Das pessoas já sofreram racismo, 31,6% (1 transexual, 33,3%; e 1 transformista, 100%) alegaram ter denunciado a violência e ambas encontraram resultado na denúncia.

Com todas essas vivências, 93,3% dos 60 entrevistados no levantamento declarou considerar o Brasil um país racista (93,3% das travestis, 93,3% das transexuais, 85,7% das *drags* e 100% das transformistas).

Além das violências motivadas diretamente por questões raciais, a pesquisa comparou as ocorrências quanto à cor, observando maior regulamentação do nome social entre os negros, apesar de terem menor escolaridade, renda, mais do que o dobro de atuação na prostituição, saída da família de origem mais cedo, assim como o início de vida sexual e a maior vivência de morar na rua (tabela 6).

Tabela 5. Violências Raciais Sofridas

	Travesti (em %)			Transexual (em %)			Drag Queens (em %)			Transformistas (em %)			Outro (em %)			Total (em %)
	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	branc	negr	total	
Sofreu Viol. Racial	0	33,3	26,7	0	47,4	30,0	0	40,0	28,6	0	40,0	33,3	0	100,0	100,0	31,7
Cor do Agressor																
branco	0	0	0	0	10,5	25,0	0	0	0	0	40,0	100,0	0	50,0	50,0	29,4
preto	0	0	0	0	10,5	25,0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11,8
pardo	0	0	0	0	5,3	12,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,9
indiferent	0	25,0	100,0	0	15,8	37,5	0	40,0	100,0	0	0	0	0	50,0	50,0	52,9
Tipo Viol.																
verbal escola	0	16,7	50	0	21,1	44,4	0	40,0	100,0	0	40,0	100,0	0	0	0	52,6
verbal família	0	33,3	0	0	0	0	0	20,0	50	0	0	0	0	0	0	5,3
verbal trabalh	0	8,3	25	0	15,8	33,3	0	20,0	50	0	0	0	0	50,0	50	31,6
verbal vida soc.	0	33,3	100,0	0	31,6	66,7	0	20,0	100,0	0	20,0	50	0	100,0	100,0	78,9
verbal vida afet.	0	33,3	0	0	47,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
verbal em serviços públicos /privados	0	33,3	0	0	10,5	22,2	0	0	0	0	20,0	50	0	50,0	50	21,1
verbal autor/ polic	0	8,3	25	0	5,3	11,1	0	20,0	50	0	0	0	0	0	0	15,8
física na escola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
física na família	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
física no trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
física na vida soc	0	8,3	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50,0	50,0	10,5
física na vida afet	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
física em serviços públ. ou priv.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
física autorid e polícia	0	8,3	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,3
outro tipo	0	0	0	0	0	0	0	20,0	50,0	0	0	0	0	0	0	5,3
Sensação																
dor, tristeza, humilhaç	0	16,7	50	0	26,3	55,6	0	20,0	50	0	20,0	50	0	0	0	47,4
raiva, revolta, indignaç	0	25,0	75	0	26,3	55,6	0	20,0	50	0	40,0	100,0	0	100,0	100,0	68,4
outro sentim	0	16,7	50,0	0	5,3	11,1	0	20,0	50,0	0	0	0	0	50,0	50,0	26,3
Reação																
Não reagiu	0	16,7	50,0	0	26,3	55,6	0	0	0	0	20,0	50,0	0	0	0	42,1
Defesa verbal	0	33,3	100,0	0	26,3	55,6	0	40,0	100,0	0	20,0	50,0	0	100,0	100,0	73,7
Defesa física	0	8,3	25,0	0	5,3	11,1	0	40,0	0	0	0	0	0	0	0	10,5
abandonou o local	0	8,3	25,0	0	15,8	33,3	0	0	0	0	20,0	50,0	0	0	0	26,3
Fez denúncia	0	8,3	25,0	0	15,8	33,3	0	20,0	50,0	0	0	0	0	50,0	50,0	31,6
Denúncia deu result.	0	0	0	0	5,3	33,3	0	20,0	100,0	0	0	0	0	0	0	33,3

Tabela 6. Diferença entre cor nas vivências trans

	Branços (em %)	Negros (pretos + pardos) (em %)
Tiveram que sair da família de origem	64,7	72,1 ↑
Saída da família antes dos 14 anos	0	22,6 ↑
Residência atual com amigos	17,6	27,9 ↑
Ensino Superior Completo ou incompleto	47,0 ↑	25,6
Trabalho com prostituição	17,6	37,2 ↑
Profissões de nível superior	11,8 ↑	4,7
Religião evangélica	0	7,0
Não possuem religião	11,8	32,6 ↑
1ª relação sexual antes dos 14 anos	17,6	41,9 ↑
Sofreu violência sexual	35,3 ↑	18,6
Violência verbal de gênero na vida social	94,6 ↑	90,2
Violência verbal de gênero na vida afetiva	13,5	17,6 ↑
Violência física de gênero na escola	8,1	13,7 ↑
Violência física de gênero no trabalho	2,7	5,9 ↑
Violência física de gênero na vida social	50,0 ↑	29,7
Violência física de gênero em serviços públicos e privados	0	5,4 ↑
Violência física de gênero por autoridade ou policiais	14,3 ↑	8,1
Fez denúncia da violência de gênero	14,3	40,5 ↑
Parceiros afetivos são exclusivamente brancos	11,8	23,3 ↑
Parceiros eventuais são exclusivamente brancos	5,9	14,0 ↑
Travestis com vivência em situação de rua	66,7	83,3 ↑
Transexuais com vivência em situação de rua	18,0	47,4 ↑

Isso indica vivências distintas entre os grupos de trans brancos e negros, demonstrando que há uma situação de desvantagem para os últimos com relação à situação socioeconômica que se inicia pela saída precoce da família. Além dessa violência inicial de desproteção familiar, sofrem mais violências físicas devido ao gênero na escola, no trabalho, em instituições públicas e privadas, do que os trans brancos. Isso acarreta

praticamente uma articulação de ocorrências de violência, que ora dobra a exposição de negros a elas, ora triplica (gráfico 1).

Discussão

Pereira^{23,24} aponta as singularidades de ser *Queer* em um país como o Brasil, em que o contexto histórico e social é diferente do europeu, uma vez que envolve questões de raça, classe, sexo e colonialidade, entre outras. Assim, os processos de corporificação e subjetivação de mulheres trans e travestis em nosso país são específicos. Ao propor o conceito de colonialidade, Pereira¹⁴ aponta que o racismo se une ao sexismo no processo de controle e estratégia para rebaixar populações e regiões do mundo, necessitando do processo de “decolonização” para a contraposição da lógica da colonialidade vivida em determinada localidade e suas consequências.

Segundo Kraiczuk²⁵ (2014), considerar a questão da raça/cor é fundamental para verificação das vulnerabilidades vividas por transexuais. O “2º Relatório Sobre a Violência Homofóbica”²⁶ aponta que negros e pardos totalizam 40,55% das vítimas de homofobia, seguido por brancos que somam 26,84% e que tais vítimas são principalmente (61,16% dos casos) jovens entre 15 e 29 anos; ou seja, o perfil de incidência da violência atinge transgêneros jovens e negros.

Assim, usar as categorias de cor/raça no Brasil é, como afirma Moore²⁷, dar acesso a um marcador social e estrutural que define e regula as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre grupos e que constituem historicamente uma hierarquização e um estigma construídos socialmente desde a escravidão²⁸. Embora o uso da categoria raça tenha tido um enfoque racista no início do século XX^{21,29} para definir o “ser negro” e “ser branco” e promover políticas de branqueamento populacional, foi ressignificado a

partir de 1978 pelo Movimento Negro Unificado²⁸, passando a servir como indicador e promover a luta política contra as desigualdades sociais e se contrapor à ideia de “democracia racial” proferida por Gilberto Freyre³⁰.

Nesse sentido, verificar o racismo, conforme Gomes²¹ é notar comportamentos de aversão a pessoas devido à aparência física, cor da pele, tipo de cabelo, etc., onde se pressupõe a ideia de superioridade de uma raça (a branca) sobre a outra (negra). Essa manifestação, segundo essa autora, pode se dar na forma individual, incidindo diretamente contra as pessoas, conforme observamos nos dados levantados entre as trans negras, mas também de forma institucional, quando se relaciona a práticas fomentadas pelo Estado ou por seus representantes, como observamos com relação a violências raciais sofridas junto a instituições públicas e/ou autoridades, incluindo a Polícia.

Se conectadas, as questões de raça, gênero e classe possuem uma articulação indissociável de opressões que incidem sobre vários segmentos sociais¹⁸. Isso não é diferente no segmento de mulheres transexuais e travestis negras que abordadas sob a ótica interseccional exibe sua maior vulnerabilidade. Reunindo discriminações, as trans e travestis negras vivem privações para se inserir no mercado de trabalho e no mundo acadêmico; geralmente são rejeitadas pela família e não possuem apoio do Estado, da sociedade e da escola por conta de sua condição, uma vez que sua forma de ser e suas identidades de gênero não são respeitadas, como demonstra a pesquisa. Essa violência de gênero, somada à violência racial se constituem como um fator de agravamento, uma vez que as condições de vida iniciais também são mais desvantajosas do que as vividas pelas brancas, visto que há maior expulsão de casa, o menor nível escolar e salarial e o início mais cedo de relações sexuais, maior

prostituição, além de vivências posteriores, como terem estado mais em situação de rua.

Essa articulação entre racismo e sexismo, como constata Gonzales²⁰, também produz efeitos violentos sobre a mulher negra. No caso das trans negras, a dimensão da violência sexista é transformada em transfobia. A objetificação sexual do feminino, reduzindo a pessoa a partir deste gênero, vivida fortemente pelas mulheres negras no Brasil, vai além, pois, como aponta Moira³¹, junto absorve o “cissexismo”^x, invisibilizando as necessidades da pessoa trans, como de usar banheiro feminino, ser tratada no feminino, ter sua identidade considerada e respeitada, exigindo-lhe cirurgias e adaptações do corpo para ser enquadrada ao padrão binário, entre outras. Ou seja, mulheres trans são vítimas do sexismo e do cissexismo por não se alinharem, em suas condutas e estéticas, ao seu papel de gênero.

Considerações finais

Na vivência de uma trans negra, as experiências sociais e culturais se pronunciam em dimensões específicas que são permeadas pela transfobia e pelo racismo, enquanto fenômenos perpetrados não só pela sociedade, mas também pelo Estado. Neste contexto, fazer parte desse segmento no Brasil é ter uma vida marcada por negações, tanto com relação à identidade (poder ser quem é), como em relação ao acesso a direitos básicos que deveriam ser, na prática, garantidos pela Constituição Federal, independentemente de raça, classe social e, também, de sexualidade e gênero.

A articulação do racismo com o sexismo produz efeitos nas trans negras, aliando-se à

^x Termo que denomina a ideologia predominante de cisgêneros, aqueles que têm seus gêneros correspondentes ao sexo biológico, como socialmente se espera na cultura normativa binária de sexo-gênero.

expectativa do cissexismo dominante. Os padrões binários de cor e gênero constituídos historicamente na sociedade ocidental ainda se encontram vigentes inviabilizando a sua plena existência e cidadania. Assim, a estrutura de um país patriarcal e racista como o Brasil se sobressai como um componente de permanente violência entre as trans negras. A violência da desvantagem socioeconômica de que partem, somada à grande violência de gênero e de raça que sofrem durante a adolescência são cumulativas para a exposição a violências vividas quando saem para o meio social: violência verbal, física, psicológica, abusos sexuais, exposição precoce a uma vida sexual de riscos, prostituição, estupros, escolaridade e renda mais baixas, atingindo qualquer possibilidade de plena cidadania.

Trazer essa discussão à tona é abrir caminho para pensar identidades constantemente violentadas e deslegitimadas, ainda que a subversão que fazem a esses modelos (enquanto indivíduo fora da “normalidade”) abra um leque de possibilidades de existência. É nesse sentido que os estudos *Queer* se fazem importantes no contexto brasileiro, uma vez que permitem o questionamento de todas as ações que criam normas e hierarquias, mantendo relações de poder e conseqüentemente as desigualdades.

Como modificar essa condição em que a família e a escola – como instituições fundamentais para a formação dos indivíduos e com poder de determinar o início das relações de sociabilidade e estratégias de sobrevivência a serem seguidas – lhes são desfavoráveis, juntamente às violências da sociedade mais ampla e, inclusive, do Estado, que lhes determinam espaços sociais de existência informal e de prostituição?

A resposta está em políticas públicas e no entendimento da existência dessas identidades. Políticas que, se realmente forem democráticas, devem percorrer um longo caminho até serem

consolidadas enquanto mudança do destino dessas pessoas, dando a oportunidade que mulheres trans negras sejam atendidas em suas especificidades e diferenças e inseridas social, cultural e politicamente, permitindo por fim a superação do racismo, da transfobia e do cissexismo existentes.

Por isso, existir enquanto mulher transexual ou travesti negra é resistir, é travar uma luta constante pela sobrevivência e pela expressão de seus corpos; é permanecer enquanto uma afronta à norma de gênero e combater continuamente grupos sociais mais conservadores que lhes querem extinguir e, hipócrita e contraditoriamente, explorar suas vidas e seus corpos.

Referências

1. Facchini R. Histórico da luta de LGBT no Brasil. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Caderno temático nº 11 - Psicologia e diversidade sexual. São Paulo: CRP; 2011. [acesso em: 19 abr 2017]. Disponível em: http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx
2. Louro GL. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica; 1999.
3. The Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS). Manual de Comunicação LGBT. Genebra: UNAIDS; 2015.
4. Greco D. Trinta anos de enfrentamento à epidemia da Aids no Brasil, 1985-2015. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(5):1553-1564, 2016.
5. Butler J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: Louro GL. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica; 1999. p. 151-172.
6. Foucault M. A história da sexualidade 1: a vontade de saber. Ed 11. Rio de Janeiro: Graal; 1993.
7. Seidman S. *Queer theory - Sociology*. Cambridge: Blackwell; 1996.
8. Silva RC, Schor N. As primeiras respostas à epidemia de aids no Brasil: influências dos conceitos de gênero,

- masculinidade e dos movimentos sociais. *Psic. Rev.* 2015; 24(1):45-59.
9. Silva SVM. Transexualidade e discriminação no mercado de trabalho. *Rev. Jus Navigandi.* 2012. 17(3301). [acesso em: 1 jun 2017]. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/22199>.
10. Jesus, JG. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília, 2012.
11. Barbosa, BC. Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. São Paulo; 2010. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1945_1054_BRUNO_CESAR_BARBOSA.pdf.
12. Leite Junior J. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. (Tese). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo; 2008.
13. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT. Brasília; 2008.
14. Cazarré M. Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais Brasília: Agência Brasil (EBC); nov 2015. [acesso em: 28 mai 2017]. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>.
15. Governo do Brasil. Nome social é maior conquista para transexuais e travestis. (on line). Acesso em 5 nov 2018. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/201cnome-social-e-maior-conquista-para-as-transexuais-e-travestis201d-diz-lideranca-transexual>
16. Benevides, B. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). [acesso em: 6 nov 2018]. Disponível em: <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/>
17. Piscitelli AG. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Socied. Cult.* 2008; 11(2):263-274.
18. Davis, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
19. Crenshaw K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem; 2004.
20. Gonzales L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Rev. Ciênc. Soc. Hoje.* 1984:223-244.
21. Gomes NL. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Brasil. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília: MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade; 2005. P.39-62.
22. Colins PH. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Soc. estado.[online].* 2016; 31(1):99-127.
23. Pereira PPG. Queer nos trópicos. *Contemporânea - Rev. Sociol. UFSCar.* 2012; 2(2):371-394. [acesso em: 05 mai 2017]. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/340/146>.
24. Pereira PPG. Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Contemporânea - Rev. Sociol. UFSCar.* 2015; 5(2):411-437. [acesso em: 05 mai 2017]. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/340/146>.
25. Kraiczky J. A bioética e a prevenção da aids para travestis. (Dissertação). Catedra UNESCO de Bioética. Universidade de Brasília. Brasília; 2014.
26. Brasil. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano. Secretaria Especial de Direitos Humanos. 2º Relatório sobre a violência homofóbica: ano 2013. Brasília; 2016.
27. Moore C. A Humanidade contra si mesma para uma nova interpretação epistemológica do racismo e de seu papel estruturante na história do mundo contemporâneo. In: II Fórum Internacional Afro-colombiano”. Bogotá, 18 de Maio de 2011.
28. Guimarães ASA. Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia”. *Educação e Pesquisa (USP).* 2003; 29(1):p.93-108.
29. Munanga K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Anais do Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB. Rio de Janeiro; 2003.
30. Freyre G. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record; 1997.
31. Rodovalho AM. O cis pelo trans. *Rev. Estud. Fem. Florianópolis.* 2017; 25(1):365-373. [acesso em: 25 set 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=en&nrm=iso.